

A produção do espaço social em Lefebvre: uma crítica “socionatural”

Roberto Garcia Simões^{ORCID}

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Espírito Santo, Brasil

roberto.simoaes@ufes.br

RESUMO

A partir de obras do pensador francês Henri Lefebvre, especialmente *La producción del espacio*, identifica-se que, em sua pretensão de elaborar uma teoria unitária do espaço, a “ecologia” e o “ambiente” são refutados. Dominam nelas a cisão entre natureza e sociedade, a bipartição da natureza, a primeira natureza como “matéria-prima”, a colagem socialhumano e um único mundo urbano. Em uma visão antropocêntrica, a opção hegemônica é pelo “desenvolvimento das forças produtivas” como rumo para “outro modo de produção”, ao mesmo tempo que há a admissão subalterna de “riscos”, “ameaças”, e até de “destruição do homem”. Diante dessas concepções, outra possibilidade é retomar a Terra em um mundo de mundos.

PALAVRAS-CHAVE: Henri Lefebvre; produção do espaço; natureza.

INTRODUÇÃO

Como considerar a “produção (social) do espaço (social)” em face das transformações socioambientais que comprometem limites vitais da e na Terra? Essa é uma das questões que abrangem extinções de vidas e abalam o futuro relacional multiespécies, requerendo que se entrelace o “natural” e o “social”. Para a antropóloga Marisol de La Cadena (2024, p. 46), um “território socionatural” é aquele “composto por relações entre as pessoas e os seres-terra e demarcado por um governo estatal regional moderno”.

A análise “socionatural” da teoria da produção do espaço está baseada, principalmente, no livro *La producción del espacio* (2013); no original, *La production de l'espace* (1974), auxiliada por outros livros de sua autoria. Nos anos 1970, intensificaram-se debates sobre meio ambiente, a exemplo da primeira “Conferência Mundial de Meio Ambiente”, momento em que também há reiteradas críticas do autor à “ecologia”.

Nessa leitura de Lefebvre, selecionam-se posições dele sobre “ecologia”, “natureza”, “problemas ambientais”, “destruição da natureza”, e suas expectativas decorrentes delas.

Apreende-se, no primeiro item deste artigo, suas colocações sobre a temática acima, relacionando-a com a “teoria unitária do espaço”. Em seguida, salienta-se a sua concepção moderna da natureza, em particular na formulação da produção do espaço. No terceiro item, aponta-se que a primeira natureza é tomada como “matéria-prima” e “força produtiva” em sua teoria, redundando na destruição assumida dela. O penúltimo item é dedicado às posições de Lefebvre em relação à dilapidação da Natureza.

Para trilhar outros caminhos, é feito um resumo das críticas anteriores feitas à teoria lefebvriana e indicados cinco desafios revalorizadores da Terra, de “existências” em “outros mundos possíveis” e seus espaços “socionaturais” – a fim de escapar de um único projeto político urbano.

A “ECOLOGIA” POSICIONADA NA “TEORIA UNITÁRIA” DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Sobressaem os propósitos do pensador francês de elaborar uma teoria do espaço com alcance universalizante e com pretensão unitária. No desenrolar de *La producción del espacio*, esse duplo propósito está enunciado sob diferentes designações: “economia política do espaço”, “ciência do espaço”, “espaciologia” e “teoria unitária”. Elas estão direcionadas para romper com “domínios científicos” e com “especializações”, nesses termos:

(a) Conceituação esfacelada e "economia política do espaço": "fragmentações e representações" do espaço, ao contrário de elas serem compreendidas por uma "ciência do espaço" (aqui, com aspas) ou mediante um conceito de "espacialidade", para Lefebvre é essencial "una economía política del espacio que reconsidere la economía política, que la salve de la quebra mediante la proposición de un nuevo objeto: la producción del espacio" (Lefebvre, 2020, pos. 3274). O autor intenta ultrapassar a "quebra" do conhecimento em objetos próprios a cada ciência, e reconsidera a "economia política" mediante a "economia política do espaço" com um "novo objeto": "produção do espaço";

(b) Conceitos equivocados e ciência do espaço (agora, sem aspas):

se interesaría por la materialidad, la calidad sensible y la naturalidad, pero enfatizando la segunda naturaleza: la ciudad, lo urbano, la energética social, es decir todo cuanto ha empanado el naturalismo banal con sus equívocos conceptos (el de medio ambiente, por ejemplo) (Lefebvre, 2020, pos. 8491).

O conceito de "meio ambiente" é usado como um dos "equívocos". A "segunda natureza" é enfatizada mediante o urbano, retrato de uma das faces da natureza bipartida;

(c) "Espaciologia" (ou ciência do espaço): a "etiqueta" "espacio-análisis" ou "espaciologia" é adotada para conhecer o "espaço social", atentando-se para eventuais prejuízos decorrentes dessa "ciência" (Lefebvre, 2020, pos. 9185);

(d) "Disciplinas" descritivas e a "teoria unitária" explicativa: "Varias disciplinas científicas – la *ecología*, la demografía, la *geografía*, y la ecología (sic) – describen esos resultados sin remontarse a las causas y razones, en tanto que sistemas parciales" (Lefebvre, 2020, pos. 9339, grifos nossos). As "disciplinas científicas" atestam segmentações e são "descritivas", segundo o autor, já que "causas" e "razões" estão ausentes delas;

Lefebvre preconiza a teoria "espacial", e especial, a fim de romper com o espaço da "prática": "La teoría del espacio rechaza tomar el término 'espacio' de un modo trivial, sin análisis, o confundir el espacio de la práctica de los geógrafos, de los economistas, etc." (2020, pos. 9469).

Para escapar do "trivial", do "espaço da prática" das ciências, Lefebvre propõe a "teoria unitária": "Lo que hemos intentado aquí es reunir estas causas y efectos, las consecuencias y las razones, y eso de tal modo que pudieran trascender las separaciones entre los dominios científicos y las especializaciones, para proponer una teoría unitária" (Lefebvre, 2020, pos. 9340). Essa "teoria unitária" elaborada tem o condão de ultrapassar a especialização crescente da "ciência", do usual "espaço da prática" dividido?

Ao discriminar uma “multitud indefinida de espacios”, entre eles, o ecológico e o geográfico, Lefebvre refuta “detallada y específicamente estos enfoques que se presentan bajo un aspecto de cientificidad”, advertindo que a “multiplicidad indefinida de descripciones y el fraccionamiento referido los hace sospechosos” (2020, pos. 1320). Intensifica a crítica, tornando-a áspera, ao “espaço” retalhado em espaços de práticas setoriais. Os viventes outros-que-humanos seguem excluídos do espaço social produzido.

Para desabonar a explicação “fracionada” de um “ecologista” sobre a ação de “humanos” em “ecossistemas naturais” nas sociedades qualificadas como ‘atrasadas’, Lefebvre (2020, pos. 1885) diz que o “la acción de los grupos humanos perturba los equilibrios de dichos ecosistemas y como esos equilibrios, cuando se trata de sociedades ‘pretecnológicas’ o ‘arqueotécnicas’, se restauran en la mayoría de los casos”. O “ecologista” teria uma visão “natural”, e não social, o que equivale as objeções feitas pelo autor à ecologia. Mas não haveria outras ecologias e ecologistas?

Como considerar a intenção unificadora, totalizadora da teoria da produção do espaço? O sociólogo mexicano Enrique Leff tem uma contundente apreciação contrária a essa intenção: “O projeto civilizador que pretende unificar o mundo está morto: o Deus único, a ideia absoluta, a unidade da ciência e a globalização do mercado” (Leff, 2021, p. 84).

Motivações possíveis das críticas à ecologia na teoria unitária do espaço produzido

Ao abordar projetos políticos que almejam “nova vida”, Lefebvre volta a mirar a ecologia, por ela misturar “ciência” e “ideologia”, o que favorece “alianças políticas” poluídas: “La ambigüedad de ciertos conceptos – por ejemplo, el de ecología, con su mezcla de ciencia e ideología – favorece las alianzas más insólitas” (Lefebvre, 2020, p. 8734). É preciso, então, efetivar a purificação política da ecologia?

As recorrentes objeções de Lefebvre à ecologia estariam motivadas por ela se desviar da contradição principal marxiana entre capital e trabalho? A resposta não é óbvia.

Lefebvre admite que o “pensamento de Marx” deve ser “como punto de partida más que como término y conclusión”. Mais ainda, coloca que ele não pode ser intocável: “En suma, tomándolo como un *momento* de la teoría y no dogmáticamente como teoría definitiva” (Lefebvre, 2020, pos. 7565).

Essa posição é reafirmada adiante: "Hoy día, las transformaciones científicas y tecnológicas del mundo moderno hacen inevitable la reconsideración del pensamiento marxista" (Lefebvre, 2020, pos. 7981).

Diante dessa "abertura" de Lefebvre em relação ao "pensamento de Marx", por que a ecologia é tão aviltada na teoria da produção do espaço? Teria a ver com o debate ambiental nos anos 1970 e com posições políticas de ecologistas críticas à teoria marxiana? O certo é que abertura de Lefebvre no tocante ao pensamento marxiano não se rebateu na ecologia. Teria a ver com a influência da concepção de natureza em Marx?

No entanto, no momento atual, *O ecossocialismo de Karl Marx*, de Kohei Saito, traz uma mudança no referido pensamento. Antes de prosseguir, Marx (1984, p. 101) em "A Grande indústria e agricultura", constata a preponderância crescente da população urbana em grandes centros. Nota que "a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra [...]".

"Metabolismo" é definido como "o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob a forma de alimentos e vestuário, à terra, portanto a eterna fertilidade permanente do solo" (Marx, 1984, p. 101-102). Com a "perturbação" dele, destrói-se a "saúde física dos trabalhadores urbanos" e a "vida espiritual" dos rurais. É imprescindível assinalar que a tônica de Marx está na "fertilidade do solo" e, portanto, ligada à "produção".

Retomando Saito, na Introdução do livro, além de um panorama sobre o "primeiro e segundo estágios" do ecossocialismo, ele inscreve, em duas passagens, as "crises ecológicas como contradição fundamental do modo de produção capitalista": a) Marx "nos fornece um dos andaimes metodológicos mais úteis para investigar as crises ecológicas como contradição central do atual sistema histórico de produção e reprodução" (Saito, 2021, p. 24), e b) "ele [Marx] reconheceu seriamente os limites naturais, tratando a complexa e intensa relação entre capital e natureza como contradição central do capitalismo" (p. 31).

Como ficaria a teoria da produção do espaço sob o prisma dos "ecossocialismos"? A ecologia permaneceria como mescla de "ciência e ideologia"? Lefebvre assumiria essa mudança da "contradição principal" feita por Saito, privilegiando a "crise ecológica"? Ou seria um "revisionismo" inaceitável, ultrapassando uma atualização de Marx?

No início dos anos 1970, diante das múltiplas crises, Lefebvre (1976, p. 63) indagava se havia uma "crise principal": ¿hay acaso una crisis y crisis más importantes, más esenciales las unas que las otras? A resposta foi sim: "...

hipótesis según la cual la crisis de la realidad urbana es más importante, más central que cualquier otra”. Na segunda metade do século XX, para Lefebvre a crise principal era urbana. Agora, é a ambiental? Ou ambas?

“PRODUÇÃO (SOCIAL) DO ESPAÇO (SOCIAL)”: A SOCIEDADE SUBORDINA E DESTRÓI A NATUREZA

Dois conceitos lastreiam a teoria da produção do espaço: produção e social. Marx (1984, p. 17), não só anula o custo da Natureza, como atribui o “consumo produtivo da Natureza” à “criação da mão humana”: “Forças naturais como vapor, água, etc, que são apropriadas para seu uso em processos produtivos, também nada custam”. E aduz: “Mas assim como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma ‘criação da mão humana’ para consumir produtivamente forças da Natureza”.

Lefebvre, em *O Pensamento marxista e a cidade*, traça uma retrospectiva do conceito de produção em Marx. Nela, há uma vinculação deste conceito ao humano, apenas: “Deste modo, a produção tudo abarca e nada exclui do que é humano (s.d., p.46)”.

O “princípio” da produção é criticado pelo pensador francês Baudrillard (2019, p. 9): “El pensamiento crítico del *modo* de producción no afecta al *principio* de la producción”.

Baudrillard (2019, p.10) indica o que se pretende: “en nombre de una productividad auténtica y radical que subvertiremos el sistema de producción capitalista, [...]. Assim, “El capital desarrolla las fuerzas productivas, pero también la frena: hay que liberarlas”. A intenção marxiana é “subverter” a produção sob o capital, mas com mais produção, acelerando-a, em outra sociedade.

O social, segundo conceito, é equiparado ao humano nas relações de produção. Marx, ao tratar da mais-valia, é direto sobre o “crescimento do modo de produção capitalista”: “Este supõe o domínio do homem sobre a Natureza”. O Homem controla e domina a exploração da Natureza. Até quando?

A indústria amplifica este “domínio” da Natureza: “A necessidade de controlar socialmente uma força natural, de administrá-la, começando por apropriá-la ou dominá-la mediante obras feitas pela mão do homem, desempenha papel decisivo na história da indústria.” (Marx, 1984, p. 108-109). Ressalte-se: a “necessidade” do “controle e da administração social” da “força natural”; em outro modo de produção, a proposta é “regulá-la”, como se verá adiante.

Sob essa dupla combinação conceitual produção – socialhumano, continua-se a buscar como a relação sociedade e natureza é tratada em Lefebvre.

A produção do (e no) espaço consome a Natureza

Não é demais repisar que o "espaço (social) é uma produção "social": "El modo de producción organiza – produce su espacio y su tiempo (a la vez que algunas relaciones sociales). Es así como se realiza" (Lefebvre, 2020, pos. 1136).

No espaço produzido, a propriedade é realçada: "pero inherente a las *relaciones de propiedad* (la propiedad del suelo, de la tierra en particular), y que por otro lado está ligado a las fuerzas productivas (que conforme esa tierra, ese suelo) (2020, pos. 2899).

Para produzir, o homem dissocia o social do natural: "El 'hombre', esto es, la práctica social, crea obras e produce cosas" (Lefebvre, 2020, pos. 2618). E para produzir "coisas", o trabalho é essencial, segundo Marx, (1983, p. 149): "trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza". Como o "homem" "regula e controla" esse "metabolismo" com a Natureza?

Na "cesura definitiva entre un sujeto y una Naturaleza/objeto", Baudrillard (2019, p. 49) amarra esse "corte" sujeito/objeto à produção: "La Naturaleza sólo aparece verdaderamente como esencia, em toda su gloria, bajo el signo del *principio de producción*".

Lefebvre (2020, pos.1056) enobrece, outra vez, o espaço: "no designando un 'producto' cualquiera, cosa u objeto, sino un conjunto de relaciones, el concepto exigía una profundización de las nociones de producción, de producto así como de sus relaciones".

Como, então, esse "produto" espaço, "não trivial", é situado: "A su manera productiva y productora, el espacio entra en las relaciones de producción y en las fuerzas productivas (mejor o peor organizadas)" (Lefebvre, 2020, pos. 1056).

Sendo assim, o "espaço (social) como produto (social)" é "premium" por estar inscrito nas forças produtivas e nas relações de produção. Esse enquadramento do espaço ultraja a natureza, algo "irreversível" para Lefebvre (2020, pos. 1743): "La primera de ellas es que el espacio-naturaleza desaparece irreversiblemente". Essa "irreversibilidade" é aceita, tolerada? É o "preço" para se alcançar outro modo de produção urbano? Parece não parecer que o futuro presente compromete um imprevisível e incerto futuro desejado.

Assimilando esse "desaparecer" do "espaço-natureza", o que se revela tenebroso, Lefebvre (2020, pos. 1383) arrazoa: "el espacio natural fue y sigue siendo en parte el punto común de partida, el origen y el modelo original del proceso social, quizá la base de toda 'originalidad'". O social emana do natu-

ral, esse último fadado a desaparecer, e dele se aparta visando a produção da acumulação sociohumana.

Dualismo sociedade-natureza: antropocentrismo e antropomorfismo

Afinado com o moderno, Marx (1983, p. 149) exclui o Homem da Natureza, e enaltece o seu “trabalho” humanizador do mundo: “Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. O natural criado, mas não produzido, atende a produção, incluindo o espaço.

Lefebvre acompanha Marx nesse divórcio: “El espacio social, en principio biomórfico y antropológico [...]”. Portanto, no “espaço social” tão somente uma “bio” importa. As demais vidas são apagadas ou alijadas na e da Natureza (tida como externa ao homem).

Seguindo com a citação anterior, a cisão acima é repostada em outros termos: “Como la Flor que es flor y no lo sabe, la conciencia de sí, tan exaltada en el pensamiento occidental desde Descartes a Hegel (e incluso más recientemente en la filosofía), *desconoce* sus condiciones naturales (físicas) y practicas, mentales e sociales” (Lefebvre, 2020, pos. 5286, grifo nosso). Ao antropocentrismo se conjuga o antropomorfismo. Seres outros-que-humanos” são inferiorizados e desfigurados nos “reinos da natureza”.

O neurobiologista vegetal italiano Stefano Mancuso, em *Nação das plantas*, faz essa diferença entre animais e plantas: “Os animais veem com os olhos, ouvem com as orelhas, respiram com os pulmões, raciocinam com o cérebro etc.”; as plantas, por sua vez, “veem, ouvem, respiram e raciocinam com todo o corpo” (Mancuso, 2024, p. 46). Logo, não se deve conformar os corpos não humanos a partir da compleição do corpo humano.

E Mancuso avança: “um cérebro que preside as funções de vários órgãos especializados influenciou todo o tipo de organização que o ser humano já concebeu”, “centralizada e hierarquizada”, enquanto as “plantas distribuem por todo o corpo” (2024, p. 46- 47).

Procedida a fratura entre sociedade e natureza, a primeira rege a destruição da segunda em prol do social produtor e produzido: “De ahí el esfuerzo para salir de la confusión sobre la base de considerar el espacio (social), así como el tiempo (social), no ya como ‘hechos’ de la naturaleza más o menos modificada, ní tampoco como simples hechos de ‘cultura’, sino como productos”. Reafirma-se a tônica na produção ... de “produtos”.

Aquele "desaparecer" da natureza, (des) considerado, vira, em meros restos dela, simulacros do que foi massivamente destruído: "Por supuesto que no desaparece pura y simplemente. Es aún el fondo del cuadro; como decorado, y más que como ambientación, persiste por doquier y cada detalle [...]" (Lefebvre, 2020, pos. 1740). Interrompe-se a citação para salientar como, na continuidade dela, o antropocentrismo está manifesto: "[...] cada detalle, cada objeto natural se valora convirtiéndose en símbolo (el animal más insignificante, los árboles, la hierba, etc.)".

Essa longa citação, fracionada em trechos, termina com mais outros dois atributos ligados natureza como escrava: "Fuente y recurso, la naturaleza nos obsesiona, como la infancia y la espontaneidad, a través del filtro de la memoria" (Lefebvre, 2020, pos. 1740).

Em resumo, a natureza devorada assombra no social: "fundo do quadro", "decoração", "ambientação", "fonte", "recurso". Esgotada, a sombria pintura feita dela não passa de mero resquício para tão somente decorar e ambientar uma dominação antropocêntrica - "capitalocêntrica". Não sem propósito o *marketing* do espaço produzido é o verde decorativo, não faltando o azul - tentando-se dissimular a natureza enterrada.

NATUREZA REPARTIDA: PRIMEIRA NATUREZA, E SEGUNDA NATUREZA E O ESPAÇO

Para subjugar a natureza, a razão moderna iluminadora das trevas "irracionais" está acesa para esclarecer: "Los simbolismos que proceden de la naturaleza pueden oscurecer la lucidez racional que en Occidente proviene de su historia y de la dominación positiva sobre la naturaleza" (Lefebvre, 2020, pos. 1736). De acordo com Marx, a "grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o 'camponês', levando-o a louvar a "tecnologia consciente": "no lugar da produção mais rotineira e irracional, surge a aplicação consciente, tecnológica da ciência" (Marx, 1984, p. 101).

Essa "dominação positiva" da natureza também é para Lefebvre a "aplicação consciente, tecnológica da ciência"? Em que uma ciência difere da que acarretou danos irreversíveis? Seu uso "inconsciente" decorre apenas do capital?

A natureza é qualificada por uma oposição adjetiva, nesses termos por Lefebvre (2020, pos. 2817): "La naturaleza se muestra tal cual es: cruel y generosa a un mismo tiempo". Ela contribui para que se entenda outra bipartição da Natureza em Lefebvre segundo Marx.

Ao citar a *Miséria da Filosofia* (1847), Lefebvre (s.d., p. 68) expõe uma crítica de Marx a Proudhon: ele “distingue o ‘lado bom’ e o ‘lado mau’ das coisas e das pessoas. Quer ir buscar à sociedade contemporânea o lado bom rejeitando o mau”. Aceitar, então, o bom e o mau? Não, e Lefebvre recorre a Marx: “Ora ‘é o lado mau que produz o movimento que faz a história, porque constitui a luta’. O que é o “lado mau” na ou da natureza?

A natureza “cruel e generosa” em Lefebvre pode, ainda, ter sido derivada de outra influência de Marx: “Uma Natureza demasiado pródiga ‘segura o homem pela mão como uma criança em andadeiras’. Ela não faz de seu próprio desenvolvimento uma necessidade natural” (Marx, 1984, p. 109). Então, crueldades da natureza são o motor da marcha incessante da produção tecnológica? Poder-se-ia, agora, incluir também as oriundas da destruição “maligna” da natureza?

Por fim, a natureza como “mito”: “Mito poderoso, la naturaleza torna en mera ficción, en utopía negativa” (Lefebvre, 2020, pos. 1754). A “utopia positiva” se dará no urbano?

Primeira natureza: “matéria prima” e “força produtiva”

Lefebvre (2020, pos. 2600) distingue assim a natureza da que é produzida: “La naturaleza crea y no produce; provee recursos para una actividad creativa y productiva del hombre social; pero proporciona sólo *valores de uso*, y todo valor de uso (todo producto en tanto que no es intercambiable) retorna hacia la naturaleza o sirve como bien natural”.

Lefebvre e Marx não só comungam do domínio da natureza, como também desejam “acordá-la” para ser desenvolvida pelo Homem: “Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (Marx, 1983, p. 149).

Na primeira natureza, seres outros-que-humanos são destituídos de expressão: “Lo que crea – a saber, ‘seres particulares’ – simplemente surge y aparece. Por lo demás, ignora tales creaciones (sí no suponemos la existencia en su seno de un dios calculador, de la providencia”. Coroa-se o Homem como protagonista de um “império na natureza”, em dissonância com o que expunha Spinoza (2018), no século XVII.

Lefebvre investe em dois marcadores econômicos da natureza despossuída: “matéria-prima” e “força produtiva”. Separados ou articulados, eles estão desdobrados a seguir.

Como “La *materia prima* de la producción del espacio no es, como ocorre en el caso de los objetos particulares, un material particular; es la misma

natureza, transformada em producto, rudamente tratada, hoy amenazada, probablemente arruinada y, con toda seguridad y paradójicamente, localizada" (Lefebvre, 2020, pos. 3646). "Rudemente tratada", sim. Mas "provavelmente arruinada" por quê? "Provavelmente arruinada"? Nos anos 1970, as "ruínas" já estão manifestas no planeta Terra.

A produção se generaliza: "[...] al tomar la naturaleza como 'materia prima', amplia el concepto de producción del espacio, entendido como un proceso cuyo producto (el espacio) abarca tanto a las cosas (bienes, objetos) como a las obras" (Lefebvre, 2020, pos. 3744). O reino da produção arrebatada e mercantiliza o impensável.

Outro marcador econômico da natureza a enquadra como *força produtiva*: "Las fuerzas productivas (naturaleza, trabajo y organización del trabajo) y por supuesto las relaciones de producción desempeñan un rol – que debe ser definido – en la producción del espacio" (Lefebvre 2020, pos. 2060).

Essas "forças" estão ordenadas: "En primer lugar, la naturaleza; después, el trabajo y en consecuencia la organización (la división) del trabajo así como los instrumentos empleados, las técnicas y, por tanto, lo conocimiento" (Lefebvre, 2020, pos. 2592).

A natureza desnaturada como "matéria-prima" e operada pelas "forças produtivas" gera, segundo esse enfoque marxiano, uma segunda natureza, o espaço: "es considerada meramente como la materia prima sobre la que operan las fuerzas productivas de las diferentes sociedades para forjar su espacio" (Lefebvre, 2020, pos. 1754).

Uma contestação dessa visão da natureza tornada servil é feita pelo geógrafo Jason W. Moore (2022, p. 146): "A 'lei do valor' do capitalismo foi, na verdade, uma lei da Natureza Barata". E por que "barata"? "Ela era 'barata' em um sentido específico, empregando as capacidades do capital, do império e da ciência para se apropriar gratuitamente de trabalho/energias das naturezas globais no alcance do poder capitalista".

Além de ser "barateada", a natureza é vilipendiada pela sua apropriação privada e pelo cálculo produtivista de mercadorias no capitalismo, no qual seres e mundos estão, no mínimo, excluídos.

Segunda natureza: produção da cidade

A segunda natureza exprime o quê? Resulta de qual ação? Exercida por quem? Sobre o quê? Responde Lefebvre (2020, pos. 1035):

La producción del espacio (y del tiempo) no los consideraba como “objetos e cosas cualesquiera”, nacidos de los hombres o de sus máquinas, sino como aspectos principales de la segunda naturaleza, efecto de la acción de las sociedades sobre la naturaleza “primigenia”, sobre los datos sensibles, la materia y las energías.

As quatro questões anteriores estão respondidas na citação acima: a segunda natureza exprime a produção do espaço, sob a ação de “homens e suas máquinas” na natureza “primitiva”, “originária”, valendo-se da “matéria” e das “energias”. Ou seja, produz-se o espaço mediante uma ruptura dilacerante com a primeira natureza.

A produção do e no espaço ocorre na segunda natureza, citadina: “Como segunda naturaleza, como espacio producido, la ciudad ha conservado igualmente en el curso de su explosión (incluso) ciertos rasgos de la naturaleza, en particular la importancia atribuida al uso (Lefebvre, 2020, pos. 8022). A “explosão da cidade” abate florestas.

Bane-se o “espacio-naturaleza” pela “necesidade” de se produzir valores de troca: “Esta segunda naturaleza madura lenta y laboriosamente, fruto de la automatización (empujada hasta ocupar el vasto dominio de la necesidad, el decir, de la producción de cosas en el espacio” (Lefebvre, 2020, pos. 9275). Justifica-se, pela “necesidade”, a produção. Mas diz Baudrillard (2019, p. 61): “son esos conceptos de Escasez, Necesidad, Producción los que deben ser rotos, porque em ellos está el cerrojo de la economía política”.

Na liquidação da primeira natureza para produzir a segunda é feita uma atenuação intrigante: “Lo que hemos llamado ‘segunda naturaleza’ puede desplazar, reemplazar y superponerse a la primera sin su *completa* destrucción” (Lefebvre, 2020, pos. 8081, grifo nosso). Pode-se, então, destruir a natureza desde que seu total desaparecimento não seja “completado” 100%. A tolerância chegaria a que ponto? Bastariam aqueles simulacros?

Lefebvre (s.d., p. 89) é preciso sobre o valor supremo conferido à segunda natureza: “Na cidade e pela cidade, a natureza cede o seu lugar à natureza segunda”. Em outro registro, a cidade é vitoriosa: “no decurso da história (a sua), o valor de troca venceu lentamente o valor de uso” (Lefebvre, s.d, p. 114). No urbano, a expectativa política é derrotar o capitalismo. O foco é no “direito à cidade”. A natureza, fora desse foco, chega ao limite de desviá-lo: “A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade”. Tal “desvio”, que passa pela natureza, é enfatizado pró-cidade: “A necessidade e o ‘direito’ à natureza contrariam o direito à cidade sem conseguir eludi-lo”.

Como sempre, não falta uma “pequena” ressalva entre parênteses: (Isto não significa que não se deva preservar amplos espaços ‘naturais’ diante das

proliferações da cidade que explodiu”) (Lefebvre, 2008, p. 117). Em Lefebvre, amenizações da posição principal acabam acentuando-a. “Preservar” se restringe ao que sobrou da destruição “incompleta”.

O desfalecer da primeira natureza na segunda ganha outro sentido para Baudrillard (2019, p. 56): “*La Naturaleza es el concepto de una esencia dominada, y nada más. En este sentido, la Ciencia e la Técnica realizan en efecto la esencia de la Naturaleza, reproduciéndola indefinidamente como separada*”. Se crê na ciência e na técnica para fazer ressurgir a natureza em outras naturezas: “Sin embargo, lo hacen en nombre de una finalidad que sería, ella misma, Naturaleza”. É como se fosse um milagre contínuo.

Mas já não se está na terceira, quarta ... naturezas? Multiplicam-se camadas de demolições no urbano. A acumulação destrutiva da Natureza não é fatal para existências? É possível reproduzir a Natureza mediante ciência e tecnologia? Artificial sem natural? As soluções “técnicas!” não agravam ou geram problemas adicionais e inesperados?

Relações entre primeira natureza e segunda natureza, e “escassez”

A primeira natureza é diferenciada da segunda mediante duas características, conforme está no item anterior: a) cria (mas não produz); b) proporciona recursos naturais como valores de uso (e na segunda há a produção de valores de troca).

É indubitável essa distinção entre a (primeira) natureza criadora e a segunda natureza na qual o trabalho produz valor: “Sin embargo, la naturaleza no trabaja; incluso se trata de un rasgo que la caracteriza: la naturaleza *crea*” (2020, pos. 2600, grifo nosso).

Desse entendimento da natureza como provedora de valores de uso tidos como ilimitados decorre a falta de alguns e o esgotamento de outros:

Bienes que anteriormente eran abundantes en la medida en que “naturales”, sin valor dado que no eran producidos, se convierten hoy en bienes escasos: a partir de ahí se valorizan y se hace preciso producirlos. Así adquieren un valor de uso junto con un valor de cambio (Lefebvre, 2020, pos. 7702).

A “escassez” advém “do fato de “que ya no es posible extraerlos directamente de una reserva inagotable, la naturaleza”. Como “escasseou” o que outrora foi tido como “infundável”, a “solução” adotada é procurar substituí-los na segunda natureza, recorrendo à ciência, tecnologia e inovação. Ou seja, a segunda natureza é a natureza em Lefebvre.

Contudo, essa tentativa de “substituição” se dá em meio a crises de escassez renovadas: “Las ‘nuevas escaseces’ se propagan y pueden provocar una

o varias crisis de índole completamente original". Passa a viger um léxico do "artificial", enganoso, no que não faltam "inteligência", "memória" "nuvens" ... como já se estivesse em outra Terra.

Desfeito o sonho moderno da abundância desmedida, o propósito é distanciar, cada vez mais, os produtos substitutivos do "natural", tornando-os cada vez "mais elaborados": "En el curso del tiempo, se han ido sustituyendo los materiales que procedían directamente de la naturaleza por otros más elaborados, esto es, cada vez menos 'naturales'" (Lefebvre, 2020, pos. 3442).

Lefebvre (s.d., p. 136) aponta a tendência da "completa urbanização da sociedade", classificada como "processo revolucionário". O urbano total passa a ser o único modo de vida na terra. A segunda natureza "elaborada" toma o lugar daquela "cruel e generosa". Lefebvre indicava o modo dela se impor no urbano: "En los proyectos urbanísticos más modernos, que utilizan técnicas muy perfeccionadas, tudo está producido: el aire, la luz, el agua, el mismo suelo".

Além da "substituição" de produtos escassos, Lefebvre (1976, p. 105) também projeta transpor a terra/Terra, navegando e decolando para o universo: "Las técnicas permiten que 'se construya' todo cuanto apetezca, tanto en la superficie como en el fondo de los mares, en los desiertos y las montañas, inclusive en los espacios interplanetarios".

A perspectiva, face a supressão da primeira natureza, está fundada na ciência, tecnologia e inovação, visando a produzir enésimas naturezas seja no urbano seja em outros planetas. No urbano, gesta-se uma dualidade na segunda natureza: a produzida a partir do natural e uma outra encoberta como "artificial". O "artificial" ou, para alguns, o "imaterial" prescindem do "natural" na produção? Não dependem de "raridades" no e do natural sobranço?

Lefebvre (2020, pos. 7702) constata o aumento do "trabalho morto": "Cuando el muerto continúa tomando al vivo, la destrucción y la autodestrucción se antojan una amenaza" (Lefebvre, 2020, pos. 8085). "Ameaça" a quem e ao quê? A sociedade automatizada, sem trabalho alienado e controlado, é a outra revolucionária sociedade urbana pretendida?

CONVIVÊNCIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DE AMEAÇAS: AMBIGUIDADES, CONTRADIÇÕES?

Em meio ao domínio de as críticas à "ecologia" e de uma resignação à destruição (incompleta) da natureza em uma urbanização irradiante, vistas em itens anteriores, Lefebvre menciona, com uma frequência baixa no livro, "riscos", "destruição" da natureza e até do "homem", não somente no livro em

análise. Seguem cinco manifestações do autor. Essas manifestações teriam qual papel na teoria da produção do espaço?

Parece que para o autor tudo "conspira" em desfavor da natureza, apesar de se querer o contrário: "¿Quién no desea protegerla, salvarla? ¿Quién no anhela reencontrar la autenticidad del mundo? ¿Quién pretende destruirla? Nadie, y sin embargo todo parece conspirar en su perjuicio" (Lefebvre, 2020, pos. 1745). Seria uma ironia ou não?

A primeira manifestação desdobra duas faces do progresso. Em uma delas, expõe que o "crescimento das forças produtivas" agravava dois problemas: "Marx respondia mostrando que lo que ellos tomaban por progreso no era sino el mero crecimiento de las fuerzas productivas, que en vez de solucionar los denominados problemas 'sociales' y 'politicos' los agravaba". Mas esse "crescer" não acarreta "problemas" ecológicos?

Na outra face, o "crescimento das forças produtivas" é saudado: "a aquellos que se dolían de la pérdida de ese tiempo pasado, Marx les mostraba las nuevas oportunidades que se abrían en razón del crecimiento de las fuerzas productivas" (Lefebvre, 2020, pos. 2841).

Nessa contradição do progresso entre "problemas agravados" e "novas possibilidades abertas", a aposta é no crescer das forças produtivas e na produção do espaço urbano como bússola para um "novo modo de produção": "Si es cierto que la producción del espacio corresponde con un progreso de las fuerzas productivas (técnicas, conocimiento, dominación de la naturaleza) [...] esta tendencia, llevada a su extremo [...] da lugar a eventualmente a un nuevo modo de producción" (Lefebvre, 2020, pos. 3243).

Escolhido o "progresso", há a admissão de que a "simbiose" entre natureza e sociedade está "modificada", ainda que não "quebrada": "Pero, sin duda, la simbiosis entre la naturaleza y la sociedad (el intercambio de energía e materiales) ha sido modificada y posiblemente quebrada" (Lefebvre, 2020, pos. 7648). Volta a atenuante da ideia principal. O que falta para quebrá-la? O "outro modo de produção" a contornaria com inovações?

Ao investigar o "mito do desenvolvimento econômico na América Latina", Zanolli (2024, p. 19) vislumbra a amplitude do alcance gerado pela construção moderna da natureza como "recurso", como "matéria-prima" para se "desenvolver":

Assim, a natureza era (é?) vista como um pano de fundo ou uma dádiva ou colocada no patamar de "recurso natural" ou simplesmente lugar de espoliação nos quadros da busca por um "desenvolvimento" e de um "crescimento" recomendado pelas agências internacionais.

Em síntese, na primeira manifestação Lefebvre opta pelo “desenvolvimento das forças produtivas” na trajetória para “outro modo de produção”. Porém, como é usual, “problemas” e alterações na simbiose entre natureza e sociedade ficam em segundo plano. Contradição? Ambiguidade? Há uma opção principal com senões acessórios?

Em outra manifestação, Lefebvre (s.d., p. 137) atribui papel central à “cidade” e a coloca como “sede” de um “processo contraditório”: “Absorve o campo e contribui para a destruição da natureza; destrói também as suas próprias condições de existência e tem que ‘restabelecê-las de maneira sistemática’”. E reafirma: a “cidade ligada às forças produtivas (...), é, portanto, sede deste vasto processo contraditório”. Como seriam restabelecidas as “condições de existência”? Tratar-se-ia de contradição (em termos) entre promover a morte recorrente da Natureza e estabelecer a existência artificial na “cidade”?

Em um único mundo urbano, o “direito à cidade” está no topo dos direitos. Assim, a “reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade”. Reafirma que a “necessidade e o ‘direito’ à natureza contrariam o direito à cidade sem conseguir eludi-lo”. Não falta aquele, porém: (Isto não significa que não se deva preservar amplos espaços ‘naturais’ diante das proliferações da cidade que explodiu)” (Lefebvre, 2008, p.117). Ambiguidade? Primeiro, a cidade, e depois, “espaços naturais”.

Na terceira manifestação, prosseguindo com a interpretação de “ameaças”, “riscos” em Lefebvre, ele transige com a dizimação da primeira natureza para se produzir a segunda: “proceso colossal, lleno de riesgos y peligros, y que puede frustrarse en el momento en que las nuevas posibilidades se abran” (2020, pos. 9275). O “processo colossal”, eivado de “riscos” e perigos”, abre ou frustra “novas possibilidades”? O que pesa mais na balança desse processo?

O que o capitalismo provoca é exposto: “Esto lo logra por y a través de la urbanización, bajo la presión del mercado mundial, al amparo de la ley de lo reproducible y de lo repetitivo, anulando las diferencias espacio-temporales, destruyendo la naturaleza y el tiempo natural” (Lefebvre, 2020, pos. 7648). Essa anulação destrutiva afetaria “outro modo de produção”?

Após consagrar que “La base o fundamento inicial del espacio social es la naturaleza, el espacio natural o físico”, rumando-se para o final do livro principal, ganha vigor a gravidade dos “riscos e perigos”, sem faltar a “ameaça de destruição”: “Sobre esta base, transformándola hasta suplantarlo e incluso amenazar con su destrucción, se superponen capas sucesivas y enredadas de redes [...]” (Lefebvre, 2020, pos. 9152).

Lefebvre é veemente nesse seu tom incomum. Insere o “perigo da auto-destruição” quando a “fetichização da esfera econômica no mercado mundial” e a “política levada ao absoluto” “no supone un riesgo evidente de la destrucción de su próprio fundamento – la tierra, el espacio, la ciudad y el campo – y, en consecuencia, el peligro de la autodestrucción”. A destruição pode ser destrutiva, perigosa ao ser fatal. Essa terceira manifestação é uma exceção? Ou confirma a “regra”?

A partir dessas três manifestações de Lefebvre, o que dizer sobre sua posição acerca da natureza colapsada, dos “riscos”? Ressurgem perguntas anteriores: há uma opção central seguida de ressalvas? Ou há dubiedade? Ou, ainda, é contradição?

Para não cravar uma resposta apressada, segue uma quarta manifestação. Nela, Lefebvre (2020, pos. 7810), após dizer, na segunda manifestação, que o espaço é explorado em “escala colossal” e em ritmo atordoante, acrescenta: “Crecen continuamente las posibilidades de ocuparlo, llenarlo, poblarlo y transformalo de arriba abajo: es decir, de producir el espacio, cuya naturaleza ya no sería sino la de una materia prima gradualmente destruida por las técnicas de producción”. Em face do ritmo alucinante da destruição da natureza pelas “técnicas de produção”, algo pode ser feito ou não no capitalismo?

Com a posição de que é “inevitável a reconsideração do pensamento marxista”, conforme item 1, Lefebvre (2020, pos. 7981), na quinta manifestação, altera o entendimento da natureza: “Para Marx, la *naturaleza* figuraba entre las fuerzas productivas. Hoy en día se impone una distinción – no perfilada en Marx – entre la *dominación* y la *apropiación* de la naturaleza”. De “força produtiva”, passa, no urbano, a ser dividida em dois “espaços”.

Contrapõe “espaços dominados” e “espaços apropriados”: “La dominación mediante la técnica tiende hacia la no-apropiación; la destrucción”. Lefebvre (2020, pos. 7981)

Se a “dominação” é destrutiva, como se dá a apropriação? Ao analisar uma “autoestrada”, dá uma pista de traços do “dominado”: “El espacio dominado es generalmente cerrado, esterilizado, vacío. Su concepto sólo adquiere sentido una vez es contrastado con el concepto opuesto e inseparable de la apropiación” (Lefebvre, 2020, pos. 4428).

Pouco depois, relata: “Sólo estudio crítico del espacio permite elucidar el concepto de apropiación” (Lefebvre, 2020, pos. 4432). Não obstante, o espaço “apropriado” é extraído pelo contraste com o seu oposto: aberto, motivador, utilizável. A ecologia está ausente.

Quando critica o “espaço abstrato”, o “dominado”, Lefebvre (2020, pos. 8531) aponta seis aspectos de uma “capacidad mortal”: a) “peligro nuclear”; b) “vorágine tecnológica”; c) “demografía incontrolada”; d) “crecimiento desaconsejado por el conocimiento pero deseado por el poder”; e) “problemas ecológicos”; f) “tendencias de las potencias abisales autodestructivas de la especie y del planeta, por el despliegue de la pulsión tanática”. No “espaço dominado”, “problemas ecológicos” de toda espécie estão explícitos, o que é incomum.

Apesar desse robusto elenco de temas comprometedores de as vidas na Terra, a primazia do “espaço” produzido é reacendida: “Ni a bomba atómica ni el saqueo de recursos ni el crecimiento demográfico, económico y productivista – en realidad, ningún ‘momento’ de la amenaza – definen el instrumento, que es el espacio”.

Conjugando-se essas cinco manifestações de Lefebvre, a opção predominante é pelo “desenvolvimento das forças produtivas” como “etapa” na marcha histórica em direção a “outro modo de produção”. Ao mesmo tempo, não falta uma exígua admissão subalterna de “riscos”, “ameaças” e até de “destruição do homem”, ambas em meio a cisão sociedade/ natureza, a colagem socialhumano e o urbano total.

Em *O Pensamento marxista e a cidade* há uma contraposição aterrorizante que martela a opção acima: “O capitalismo destrói a natureza e arruína suas próprias condições de existência, preparando e anunciando o seu desaparecimento revolucionário” (Lefebvre, s.d, p. 137).

As linhas gerais do projeto político indicado por Lefebvre poderiam ou não influenciar a interpretação de suas cinco manifestações anteriores?

No projeto de uma “‘nueva vida’, generalmente comunitaria”, Lefebvre (2020, pos. 8692) atribui a “la ausencia de un espacio apropiado, de una invención morfológica” como um dos motivos de seu fracasso. A morfologia é crucial no “espaço apropriado” proposto.

Descartando o “capitalismo de Estado” e o “socialismo de Estado”, Lefebvre (2020, pos. 3243) indica o projeto: “sino la gestión colectiva del espacio, la gestión social de la naturaleza, la superacción de la contradicción naturaleza/ antinaturaleza – es obvio que ya no sería posible hacer uso unicamente de las categorías ‘clásicas’ del pensamiento marxista”. As “categorias” complementares não estão explícitas.

O que seria a “gestão social da natureza”? Como se superaria a “contradição natureza/antinatureza”? A “antinatureza” é a Terra urbana?

Praticamente no final do livro, Lefebvre (2020, pos. 9505) vincula a "gestão coletiva do espaço" à participação: "Una transformación de la sociedad supone la posesión y la gestión colectiva del espacio mediante una intervención constante de los 'interesados', con sus múltiples, diversos y contradictorios intereses".

A "participação" já se daria nos "problemas ambientais": "Esto ya es patente en los denominados problemas 'medio-ambientales', no sin riesgo de desvíos y alteraciones." Basta tocar no "meio ambiente" para voltarem a assobrar os temores de "desvíos", também no final de *La producción del espacio*". O risco "político" é mais relevante que o risco "ambiental" quando Lefebvre trata de ecologia.

Seu projeto político não altera a interpretação anterior das cinco considerações invocadas. Depois do capitalismo, prossegue Lefebvre, as trocas "entre o social e o natural, o conquistado e o espontâneo, poderão ser restabelecidas 'sob forma apropriada do desenvolvimento integral do homem e como lei reguladora da produção social'".

"Outro modo de produção" se desenvolveria sob(re) as ruínas em um único mundo urbano? O "novo homem" regularia qual socialhumano sobrevivente? Como se daria essa "regulação" em outra sociedade?

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ABERTURA DE POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DO ESPAÇO: TERRA, POVOS, OUTROS MUNDOS

A análise de obras de Lefebvre, em especial *La producción del espacio*, voltada para "ecologia", "natureza" e "problemas ambientais", reúne uma interpretação deles. Na teoria da produção do espaço, a natureza é subordinada como "recurso" e como "força produtiva", sob a égide do comando socialhumano e da produção do e no espaço urbano.

Ao mesmo tempo, a dominância antropocêntrica da natureza convive com registros fugazes de "ameaças", de "riscos", e até da "autodestruição". Esses registros, na maioria das vezes, são incluídos como componentes da trajetória inevitável do processo histórico para se atingir outro "modo de produção". conforme está no item antecedente.

A convivência desigual entre "desenvolver" e "destruir" no capitalismo, em particular na produção do espaço, desdobra-se em sete conclusões específicas interligadas, extraídas dos itens anteriores deste artigo:

- a. a pretensão do caráter "unitário" e "totalizador" da teoria da "produção (social) do espaço (social)". É inegável a fragmentação crescente em

“disciplinas”, sem fim. Porém, a saída desse impasse é a unificação delas mediante o “espaço social”, “apropriado”?

- b. as relações de produção se cingem ao Homem compondo o socialhumano;
- c. a cisão entre natureza e sociedade é ditada pelo social em relação ao natural. Dominam subjugações de toda espécie, além de o socialhumano estar revestido de um poder de “agência” na produção capitalista do espaço aniquilador dos demais seres;
- d. a natureza é estrangida a servir passivamente como estoque ilimitado de valores de uso para a produção de valores de troca, em especial do “espaço social”, levando à escassez;
- e. a primeira natureza está condenada a ser destruída sob a aplicação de diferentes técnicas de produção, sendo substituída, na escassez, por produtos “mais elaborados”, “menos naturais”, produzidos na segunda natureza sob os desígnios da ciência, tecnologia e inovação;
- f. o processo expansivo de acumulação de capital exclui o que não é visto como moderno – urbano, elimina vidas não humanas, o que leva a extinção ou dificulta a existência de outros modos de vida; e,
- g. em “outro modo de produção”, a base dele estaria na “regulação” da produção social e no “desenvolvimento integral” do “novo homem”.

Diante das discordâncias com a interpretação básica e com as conclusões específicas, elaboradas a partir de uma leitura de obras de Lefebvre, outras perspectivas, resumidas em cinco desafios, poderiam contribuir no repensar do espaço da e na Terra.

Um primeiro desafio é combinar, entrelaçar, emaranhar natureza e sociedade. O antropólogo francês Philippe Descola (2016, p. 22) constata que ele já integra a vida de alguns povos: “tudo é natural e cultural ao mesmo tempo”.

Em decorrência de enlaces entre natureza e sociedade, dilacerando o reinado do Homem, há que se fazer uma escolha: “os não humanos também são pessoas que participam da vida social, pessoas com quem podemos estabelecer relações de aliança ou, ao contrário, relações de hostilidade e de competição” (Descola, 2016, p. 14). Ao primeiro desafio se alia um segundo: como promover relações entre humanos e não humanos? Elas poderiam ser não hostis, cooperativas e (ou não) competitivas?

A busca para ultrapassar contraposições, todavia, é carregada de outros desdobramentos conceituais. Assim, “a superação de dicotomias modernas (sujeito e objeto, organismo e ambiente, cultura e natureza etc.) implica a

reconceituação de organismo, vida, locus de agência e da senciência, atmosfera e morte" (Taddei, 2022, p. 219). Outro léxico é necessário.

O terceiro desafio transforma o Homem. Ele não é apenas aquele ser biológico construído em Marx. Na rota da produção capitalista, exploradora e arruinadora, impulsionada pelo Homem como senhor supremo da natureza, os limites na Terra foram, e vem, sendo ultrapassados incessantemente. Nesse processo recente, a história natural e a história humana se aproximaram no clima: "Los científicos postulan que el ser humano ya no es el simple agente biológico que siempre ha sido, pues ha adquirido una mayor dimensión. Los seres humanos ejercen ahora una fuerza geológica" (Chakrabarty, 2021, p. 20). Geologia e sociedade se entrelaçam em geohistórias.

Essa outra "força geológica" altera substancialmente o "espaço social" entronizado para além da natureza. Antes dessa "força geológica", Lefebvre (2020, pos. 8085) entendia a cidade como uma das "forças produtivas", pós-primeira natureza destroçada: "figura entre las fuerzas productivas, asumiendo el rol que antes desempeñaba la naturaleza original, la que desplaza e suplanta".

Agora, o "espaço social" produzido está sendo suplantado por essa "força geológica" que concorre para extremar eventos climáticos que antes eram tidos apenas como naturais.

O urbano, selecionado pela teoria do espaço como única "sede" de "outro modo de produção", além de sofrer com eventos extremos, também contribui para gerá-los. A produção do espaço: desmata; degrada e erode solos; solapa drenos naturais; soterra corpos de água.

Esse (re)encontro forçado do natural e do social (re)coloca, com vigor, a Terra – um quarto desafio. O pensador francês Bruno Latour (2020), entendendo Gaia como a "consequência de sucessivas invenções dos viventes que acabaram transformando completamente as condições físico-químicas da terra geológica inicial" (p. 10), conclama a tomá-la "como a oportunidade para um retorno à Terra que permite uma visão diferenciada das qualidades específicas que podem ser exigidas das ciências [...]" (p. 19).

Sobre a Terra, Lefebvre (2020, pos. 9427) tem uma posição semelhante a latouriana: "la tierra como planeta – espacio planetario – retoma su lugar primordial en el pensamiento y la actividad práctica".

Outra observação de Lefebvre (2020, pos. 1739) ajuda a atualizar a Terra diante de derivas "nacionalistas", da posição fascista "contra imigrantes": "Oscuras fuerzas políticas en declive (el estado, el nacionalismo) reencuentra imágenes que tienen su fuente en la tierra o en la naturaleza, en la pater-

nidad o en la maternidad". Ou seja, é imprescindível atentar-se para ressignificações neofascistas da terra (Estado-nação) e da natureza ("selvagem").

Essas duas assertivas anteriores de Lefebvre poderiam ter influenciado a teoria da produção do espaço. Algo mudaria nela se o planeta Terra, logo também a primeira natureza, não estivesse dissociado da produção capitalista do e no espaço urbano.

De acordo com o "acadêmico" indígena Ailton Krenak (2020, p. 16), essa cegueira fixa no "social" se deu, e se dá, porque "fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós outra: a Terra e a humanidade". "Aterrar" muda o espaço quando ele é tomado como socialhumano.

Um quinto desafio é escapar do urbano como única tendência e relevar outros "mundos possíveis" e seus "espaços de existência". Segundo Latour (2020, p. 451), "A geo-história requer uma mudança na própria definição do que significa ter, manter ou ocupar um espaço; do que significa ser apropriado por uma terra".

Para Krenak (2020, p. 67), "imaginar outro mundo possível, é no sentido de reordenamento das relações e dos espaços, de novos entendimentos sobre como podemos nos relacionar com aquilo que se admite ser natureza, como se a gente não fosse natureza". Outros "mundos possíveis" rompem com a exclusividade da Terra urbana.

Terra, Natureza são vitais na superação da produção espaço social-humano-capitalista em busca de (re) criações de espaços "socionaturais", seja nas "ruínas" seja nas "resistências", sem falar de as criações abertas possíveis. No dizer de Danowski e Viveiros de Castro (2017, p. 132), "O futuro é cada [vez?] mais incerto, ou melhor (ou pior), o que dele se *pode* saber ao certo é que, como na canção, 'nada será como antes'". ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDRILLARD, Jean. **El espejo de la producción**. 2 ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 2019.
- CADENA, Marisol de la. **Seres-terra: cosmopolítica em mundos andinos**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Clima y capital: la vida bajo el antropoceno**. Viña del Mar: Mimesis, 2021.
- DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- FOSTER, John Bellamy. Ecologia. In: MUSTO, Marcello (org.). **O Renascimento de Marx: principais conceitos e novas interpretações**. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**. Oito conferências sobre a natureza no antropoceno. São Paulo: Ubu, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2020. E-book.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008
- LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Póvoa de Varzim (Portugal): Ulisseia, s.d.
- LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976
- LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península,
- LEFF, Enrique. **Ecología política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. Tradução de Jorge Calvimontes. São Paulo: Editora da Unicamp, 2021.
- MANCUSO, Stefano. **Nação das plantas**. São Paulo: Ubu, 2024.
- MARX, Karl. **O Capital**. Vol.I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. **O Capital**. Vol.I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022.
- SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**. Capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

SIMÕES, Roberto Garcia. **Geoanálise**. Terraceno e desterritorialização e espaços (-,e) tempos. Cem escalas e plataformas mil. São Paulo: Dialética, 2024.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

TADDEI, Renzo. Alter Geoengenharia. *In*: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael. **Os mil nomes de Gaia**: do antropoceno à Idade da Terra. – vol. 1. Rio de Janeiro: Machado, 2022.

DANOWSKI, Débora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há Mundo por Vir? Ensaio sobre medos e os fins**. 2 ed. Desterro (Florianópolis). Cultura e Bárbarie e ISA, 2017.

ZANOTELLI, Claudio Luiz. O mito do desenvolvimento econômico na América Latina. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 1-19, 2024.

EDITOR DO ARTIGO

Cláudio Luiz Zanotelli

*Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Espírito Santo, Brasil
claudio.zanotelli@ufes.br*

Artigo recebido em: 01/12/2025

Artigo aprovado em: 16/12/2025

Artigo publicado em: 16/12/2025